

ADESÃO LIVRE E VOLUNTÁRIA

INFORMAÇÃO COOPERATIVISMO

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

RELATÓRIO ANUAL



CONHECIMENTO

FORMAÇÃO

INOVAÇÃO

COOPERADOS

EDUCAÇÃO
TECNOLOGIA



PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA

INTERESSE PELA COMUNIDADE

GESTÃO DEMOCRÁTICA

RESPONSABILIDADE SOCIAL

PERTENCIMENTO

é ter voz e participar das decisões.

COOPERAÇÃO

é fazer parte de um grupo que cresce junto.

JUSTIÇA FINANCEIRA

é compartilhar os resultados e ser tratado de forma justa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

é levar transformação para todos os lugares.

Somos feitos de

VALORES

ÍNDICE

Edital de Convocação **04**

Relatório do Conselho de Administração **06**

Relatório da Diretoria Executiva **07**

Conhecendo o Sistema Sicoob **08**

Sobre a Credimogiana **09**

Linha do tempo **10**

Visão, Missão e Valores **12**

Os 7 princípios do Cooperativismo **13**

Destaque e Desafios **14**

Composição dos Dirigentes e Delegados **16**

Quadro Funcional **17**

Onde estamos e Organograma **18**

Nossos Produtos e Serviços **20**

Nossos Parceiros **22**

Responsabilidade Social **23**

Dados do Relatório Anual **24**

Balanços Patrimoniais e Demonstrações **26**

Parecer do Conselho Fiscal **31**

Parecer dos Auditores Independentes **32**

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis **34**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA REGIÃO DA ALTA MOGIANA - SICOOB CREDIMOGIANA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana, inscrita sob o CNPJ 69.346.856/0001-10 e NIRE nº 35400023074, no uso de suas atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca os 16 (dezesesseis) delegados, em condições de votar, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL**, a realizar-se no dia 11 de abril de 2023, obedecendo aos seguintes horários e "quórum" para sua instalação: sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o estatuto social: 01) em primeira convocação: às 17:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total dos delegados, em segunda convocação: às 18:00 horas, com a presença de metade mais um dos delegados, em terceira convocação, às 19:00 horas com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA:

EXTRAORDINÁRIA

1. Reforma ampla e geral do estatuto social, destacando adequação a Lei Complementar 196/2022 e Resolução CMN nº 5051/2022 e as regras sistêmicas Sicoob.
2. Aprovação da política de remuneração dos membros da Diretoria Executiva.

ORDINÁRIA

1. Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2022, compreendendo o Relatório da Gestão, o Demonstrativo de Sobras ou Perdas, o Parecer do Conselho Fiscal e o Parecer da Auditoria Externa;
2. Destinação das sobras apuradas e sua fórmula de cálculo;
3. Fixação do valor global da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
4. Fixação do valor das cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração;
5. Fixação do valor das cédulas de presença dos membros do Conselho Fiscal;
6. Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES.
7. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação).

Franca, 27 de março de 2023.

Roberto Guimarães
Presidente Conselho Administração

NOTA I: A Assembleia Geral ocorrerá de forma SEMIPRESENCIAL, na sede da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana, à Rua Batista Donzeli, 2049 – Bairro Vila Marta – Franca, Estado de São Paulo - CEP 14403-171, e também, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos que poderão participar e votar.

NOTA II: Após o download do aplicativo Sicoob Moob, deverá ser inserido o número da conta corrente e senha utilizada para acesso ao SicoobNet (internet banking) para acesso ao sistema.

NOTA III: Os votos serão acolhidos e apurados na assembleia, sendo o resultado da votação divulgado automaticamente para todos os associados através do aplicativo Sicoob Moob/Zoom e presencialmente.

Nota IV: Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente na cooperativa de forma presencial, ou através do sítio <http://www.credimogiana.com.br>.

Nota V: Conforme determina a CMN nº 5.051 de 25/11/2022 em seu artigo 40, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2022, acompanhadas do respectivo Parecer dos Auditores Independentes, estão à disposição dos associados na sede da Cooperativa.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Momento maior de uma cooperativa de crédito sem sombras de dúvidas é a sua assembleia geral ordinária, onde todos os fatos relevantes são discutidos, esclarecidos e trazidos para deliberações dos senhores delegados.

A retrospectiva referente ao ano 2022 e as expectativas para 2023 nos leva a reflexões para dar continuidade a uma gestão dinâmica com ajustes necessários no decorrer das ações que nos impõe a legislação, as políticas de governo e o caminho que percorrerá a economia nacional e mundial.

O conjunto de normas impostas pelas autoridades monetárias e órgãos regulatórios obrigaram as cooperativas de crédito a ajustarem as suas estruturas acarretando aumento de custos para todo sistema, porém com ganhos na qualidade dos serviços prestados e maior segurança em todo sistema operacional.

Os resultados que apresentaremos referentes ao exercício de 2022, com sobras e uma classificação no baixo risco, nos revela uma gestão criteriosa e segura.

Pautada numa administração democrática e transparente nossa credimogiana continuará firme no propósito de proporcionar aos seus cooperados uma instituição financeira confiável, ágil, com menor custo possível e continuar sendo a principal instituição financeira dos seus associados.

Saudações Cooperativistas.

Roberto Guimarães
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Prezado cooperado,

Em 2022 mantivemos a conduta de realizar as melhores práticas administrativas com transparência e busca dos melhores resultados da Cooperativa.

Continuamos com o modelo de trabalho híbrido, ofertando a possibilidade de realizá-lo via home office, o que nos permitiu aprimorar ainda mais o atendimento a distância dos nossos cooperados, tornando inclusive a nossa agência virtual (CredVirtua), uma forte referência para outras cooperativas de crédito que aderiram ao modelo de atendimento. Para se ter uma ideia atualmente a cooperativa consegue entregar 98% de atendimento à distância feito pelos canais digitais, não necessitando da presença física.

Além disso, ficamos felizes com o crescimento tanto da nossa carteira de crédito quanto da nossa carteira de captação. Assim como com o avanço que tivemos na entrega de produtos e serviços necessários e adequados ao perfil de cada um dos nossos cooperados.

Procuramos ser muito assertivos e consultivos em nossos atendimentos, ofertando produtos customizados ao perfil do nosso cooperado, levando sempre a eficiência que a cooperativa vem buscando, principalmente na entrega do que eles precisam.

Fizemos também ações de melhoria nos nossos Postos de Atendimento físico, alguns passaram por adequações e reformas, também houve aprimoramento dos processos com a aquisição de ferramentas que possibilitaram a melhora da questão processual, mitigando erros e evitando retrabalhos.

Para finalizar, estamos realizando o planejamento estratégico 2022-2023, que trilhamos envolvendo todos os stakeholders da cooperativa (desde os nossos colaboradores, diretoria, conselheiros e os nossos delegados (representantes dos nossos cooperados)). Do qual nos norteiam, considerando os nossos objetivos, sempre buscando o crescimento com sustentabilidade e tentando ser a principal instituição financeira de todos os nossos cooperados.

Agradecemos o apoio de mais um ano de trabalho, tanto aos meus pares da diretoria quanto aos demais pelo apoio e a sustentação do suporte que nos é dado dia a dia.

Maurício Chaves Bartocci
Diretor Presidente

CONHECENDO O SISTEMA SICOOB

O Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob) reúne mais de 7 milhões de cooperados, estando presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Em 2022, figurou como o 13º maior grupo empresarial nacional no ranking 200 Maiores Grupos, do guia Maiores & Melhores da Revista Exame. Somando mais de quatro mil pontos de atendimento, atua em mais de 2,1 mil municípios, sendo a única instituição financeira em 360 deles.

Modelo organizacional

O Sicoob está organizado em três níveis que vinculam, operacionalmente, cooperativas singulares, centrais e o Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Sua estrutura possibilita uma estratégia de negócios unificada, com serviços de auditoria, tecnologia da informação, controle de riscos, comunicação e marketing, ouvidoria e relacionamento com o cooperado, soluções digitais, entre outros.

Cooperativas singulares

Com atuação local, prestam atendimento direto aos cooperados, assim como o Sicoob Credimogiana, atualmente presente em 8 cidades do estado de São Paulo.

Centrais cooperativas

Promovem a supervisão e integração sistêmica entre as cooperativas singulares e as filiadas.

Centro Cooperativo Sicoob (CCS)

Representa o Sistema institucionalmente, sendo o responsável, por exemplo, por todas as normas, políticas e processos.

Outros integrantes

Também compõem o CCS um banco cooperativo, instituto para investimento social estratégico, distribuidora de títulos e valores imobiliários, processadora e bandeira de cartões, administradora de consórcios, entidade de previdência complementar e uma seguradora do ramo vida e previdência.

Agrupando instituições de múltiplas competências de maneira cooperativa, Outros integrantes, o Sicoob está apto a oferecer muito mais benefícios aos seus cooperados.

A proteção do FGCoop

Os depósitos em cooperativas financeiras têm a proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Esse fundo garante os depósitos e os créditos mantidos nas cooperativas singulares de crédito e nos bancos cooperativos em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições. Atualmente, o valor limite dessa proteção é o mesmo em vigor para os depositantes dos bancos: R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ.

SOBRE A CREDIMOGIANA

Data de Fundação: 26/10/1992

Quantidade de cooperados em 31/12/2022: 11.164

A cooperativa Sicoob Credimogiana foi fundada em 26 outubro de 1992, por 20 médicos: Doutores Aldo Fantini Neto, Antônio H. de Souza Utuni, Antonio Jorge Salomão, Ciro de Castro Botto, Hamilton Leite Soares, José Eduardo Góí, José Eduardo P. Rodrigues, José Renato Silveira, Lílian Nancy Pucinelli, Luis Cristiano B. de Souza Leite, Marco Antônio Benedetti Filho, Marcos Bruxelas de Freitas, Maria Elizabeth Soares, Paulo Sergio Falleiros, Pedro Ângelo Andrade Correa, Rita Aparecida S. Silvestre Moscardini, Roberto Guimarães, Taufick Facuri, Walter Antonio de Oliveira Filho, Walterlice Almada de Oliveira Facuri.

O primeiro nome dado a cooperativa foi “Unicred” e seu posto de atendimento funcionava dentro das dependências da Unimed. Atualmente, ela não é mais vinculada a Unimed, funcionando em sede própria com uma equipe especializada para desenvolver seus serviços.

Nos últimos anos vem servindo como modelo inicial para outras cooperativas de crédito, assim ajudando a difundir e fortalecer o cooperativismo de crédito no Brasil. Buscando alternativa de produtos para elevar suas atividades e continuar a crescer no mercado cooperativista.

Hoje, o Sicoob Credimogiana é uma cooperativa de crédito com 30 anos de mercado, presente nas cidades de Franca (sede), Batatais, Brodowski, Ribeirão Preto, Orlandia, Jaboticabal, Jardinópolis e Campinas. Somos uma cooperativa singular, ligada a Central Cecresp e pertencente ao sistema Sicoob – o maior Sistema Financeiro Cooperativo do Brasil, com mais de 7 milhões de cooperados e mais de 4.000 postos de atendimento distribuídos em todo país.

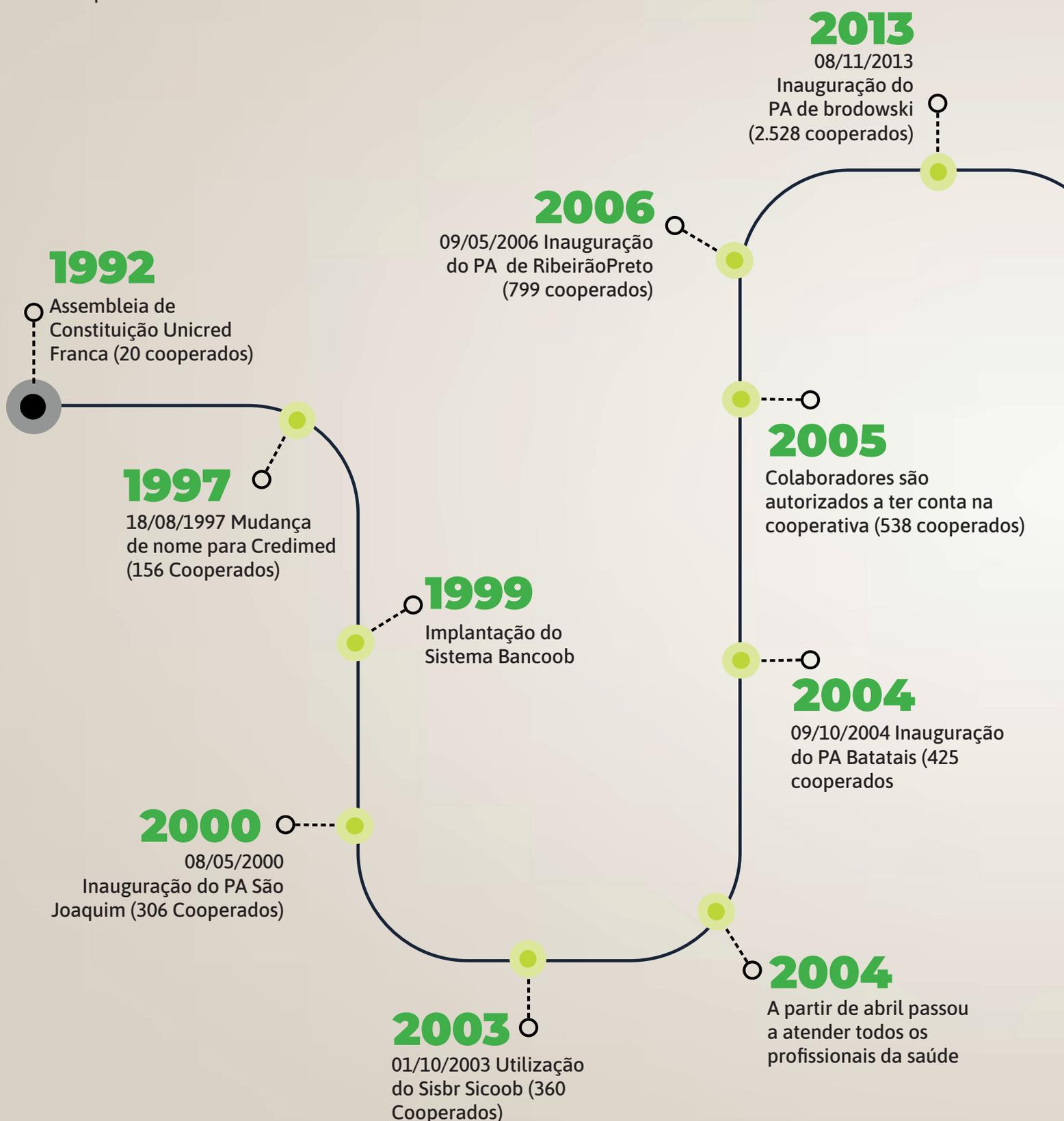
Área de atuação: No Estado de São Paulo as áreas de atuações são na região de Franca, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Região Metropolitana de Campinas, com, impacto em algumas cidades de Minas Gerais: Ibiraci, Capetinga, Cássia, Passos e São Sebastião do Paraíso.

Áreas em Estudo: Localidades em nossa área de atuação que tenham potencial principalmente em Crédito Rural.



LINHA DO TEMPO

Idealizada por um grupo de 20 médicos, o Sicoob Credimogiana, atualmente é referência em toda região. Acompanhe nossa linha do tempo com os destaques durante esses 30 anos de história!



2021

15/01/2021 Inauguração da CredVirtua (1ª Agência virtual do Cooperativismo do estado de SP)

2021

15/01/2021 Primeira AGO virtual

2022

Inauguração do novo Prédio Administrativo

2022

Inauguração do novo PA de Jrdinópolis (11.164 cooperados)

2014

25/02/2014 Mudança de nome para Sicoob Credimogiana (3.016 cooperados)

2020

27/11/2020 Inauguração do PA CDL JABOTICABAL

2019

25/03/2019 Inauguração do PA de Orândia

2020

Inauguração PA Jardinópolis

2019

01/09/2019 Incorporação Coopermerd Jaboticabal (8.554 Cooperados)

2020

01/03/2020 Incorporação Cooper vera Cruz Campinas (10.403 Cooperados)

2020

19/02/2020 Torna-se livre admissão

MISSÃO

Ter soluções em demandas
do sistema financeiro.

VISÃO

Ser a principal instituição
financeira dos cooperados.

VALORES

Respeito e Valorização das Pessoas
Cooperativismo e Sustentabilidade
Ética e Integridade
Excelência e Eficiência
Liderança Inspiradora
Inovação e Simplicidade

OS 7 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO



DESTAQUES DE 2022

- Inauguração do Prédio Administrativo
- Inauguração do novo PA de Jardinópolis
- Reforma da fachada do PA de Jaboticabal
- Reforma do PA de Ribeirão Preto
- Reforma do PA de Brodowski
- Reforma do PA de Franca
- Planejamento Estratégico 2022 e 2023, envolvendo todos os stakeholders
- Selo GPTW (melhores empresas para se trabalhar de 2022)
- Campanha comemorativa dos 30 anos da Cooperativa
- Primeira participação em feira de agronegócios (Alta Café)

DESAFIOS PARA 2023

- Dar continuidade na execução do Planejamento Estratégico de 2022 e 2023
- Expansão da Carteira de Crédito Rural
- Expansão de produtos financeiros
- Abertura de novos postos de Atendimento
- Manter o controle dos indicadores de Inadimplência e Prejuízo



QUADRO FUNCIONAL
COMPOSIÇÃO DOS
DIRIGENTES, DELEGADOS
E COLABORADORES



COMPOSIÇÃO DOS DIRIGENTES E DELEGADOS

CONSELHO FISCAL

Danilo Caires Ribeiro - Efetivo
André Luis de Paula Tasso - Efetivo
Lino Blanco Aguayo – Efetivo
Fabien Fernando Felício - Suplente
José Antônio S. Melani – Suplente
Wilian Amin Dib – Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto Guimarães - Presidente
Cleber Rebelo Novelino - Vice Presidente
Flavio Martins - Conselheiro
Gabriel Druzilli Pelizaro - Conselheiro
Halliny Silveira L. Camarota - Conselheira
Marcos da Silveira - Conselheiro
Rosana Haddad Bistane - Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Maurício Chaves Bartocci
Diretor Presidente
Geraldo Marques de Sousa
Diretor Administrativo
Sergio Ricardo Cecílio Hallak
Diretor Financeiro

DELEGADOS

FRANCA

Ricardo Barbosa - Efetivo
José Eduardo Paciencia Rodrigues - Efetivo
Domingos Cassis Neto - Efetivo
Ricardo Massuo Meiwa - Efetivo
Luis Fernando Calixto - Efetivo
Mauricio Cerqueira Pucci - Efetivo
Francisco Luis Coelho Rocha - Suplente
Oswaldo Nascimento Filho - Suplente
Daniel Henrique Bovo - Suplente

BATATAIS

Devanir dos Reis Tomazelli - Efetivo

BRODOWSKI

Anderson Carlos Pereira - Efetivo

RIBEIRÃO PRETO

Luiz Eugenio Pedro de Freitas - Efetivo
Alexandre Touse Matarazzo - Efetivo
Kleber Gonçalves da Motta - Efetivo
Ricardo Cesar Dosso - Efetivo
Roberto Edson do Nascimento Junior - Efetivo

ORLÂNDIA

Aristides Cividanes Neto - Efetivo

JABOTICABAL

Luiz Eduardo Romero Gerbasi - Efetivo

CAMPINAS

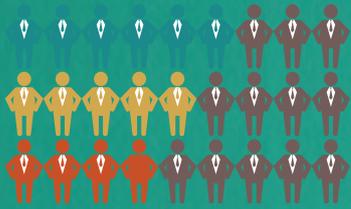
Roberto Cesar Quinta Reis - Efetivo
Mauro Akimoto Imai - Suplente
José Olavo Moretzsohn de Castro - Suplente

O propósito do Conselho Fiscal é monitorar e fiscalizar se as ações, projetos e metas decididos pelos cooperados/delegados em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária são executados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

O Conselho de Administração possui atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, além de acompanhar a execução realizada pela Diretoria Executiva.

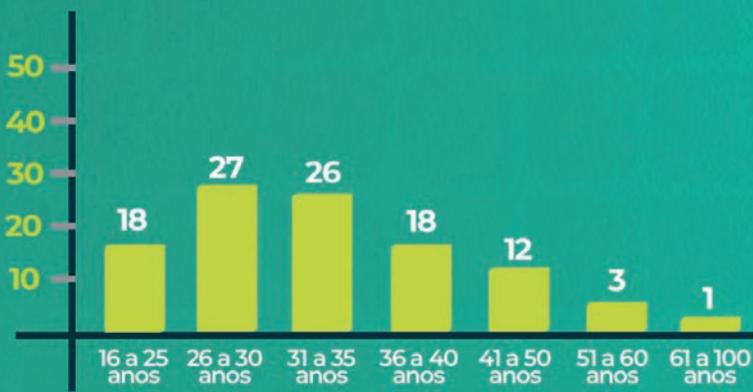
A Diretoria Executiva tem como finalidade cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, bem como executar planos, metas e estratégias para garantir a adequada e eficaz consecução dos objetivos estatutários.

QUADRO FUNCIONAL

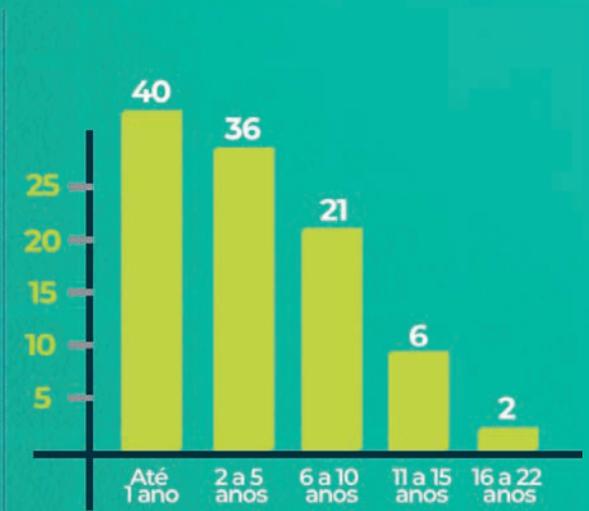


105
COLABORADORES

48
HOMEM   **57**
MULHER



MÉDIA DE IDADE



TEMPO DE CASA



88%
DOS COLABORADORES
CERTIFICADOS ANBIMA

ONDE ESTAMOS

ADMINISTRATIVO: Rua Batista Donzeli, 2049

FRANCA: Rua Saldanha Marinho, 2355

HOSP. SÃO JOAQUIM FRANCA: Rua Abílio Coutinho, 331

BATATAIS: Rua Antônio José Buranelli, 202

BRODOWSKI: Rua Marechal Deodoro, 202

RIBEIRÃO PRETO: Av. Independência, 1379

JABOTICABAL: Av. Benjamim Constant, 223

HOSP. IRMANDADE JABOTICABAL - Rua Floriano Peixoto, 1387

ORLÂNDIA: Av. Dois, 400

JARDINÓPOLIS: Av. Belarmino Pereira de Oliveira, 530

CAMPINAS: Av. Andrade Neves, 295, Térreo sala 02

credVirtua
A AGENCIA VIRTUAL DA CREDIMOGIANA

Agência Virtual com atendimento humano pelo WhatsApp: 4000-1630

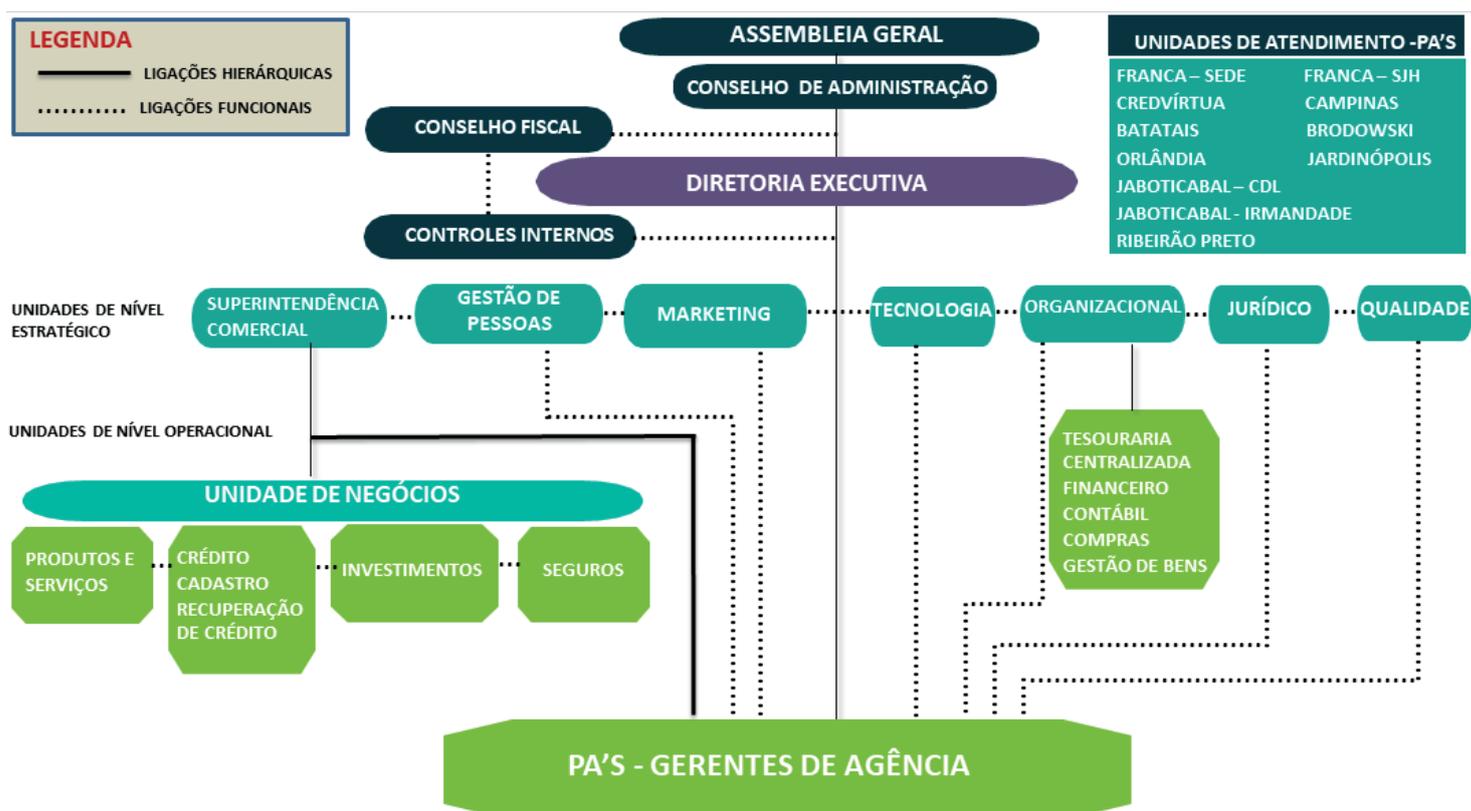
Banco24Horas

Mais de 24 mil caixas eletrônicos espalhados pelo Brasil, para fazer suas transações bancárias.



Pelo APP Sicoob você tem acesso a diversas soluções financeiras, com segurança e praticidade

ORGANOGRAMA DA CREDIMOGIANA





**NOSSOS PRODUTOS,
SERVIÇOS, AÇÕES
SOCIAIS E PARCERIAS**

NOSSOS PRODUTOS E SERVIÇOS



PRODUTOS PARA PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

Antecipação de recebíveis

Cheques
Títulos
Cartões

Aplicações Financeiras

RDC
LCI
LCA
Fundos de Investimento
Tesouro Direto
Poupança

Câmbio

Previdência Privada

Cartões

Sicoobcard – MasterCard e Visa
Vooz
Coopcerto Pré Pago
Cartão BNDES

Cheque Administrativo

Cheque Especial

Cobrança / Boletos

Consórcio

Conta

Conta Corrente
Conta Garantida
Conta Salário

Correspondente Bancário

DDA – Débito Direto Autorizado

Débito Automático

Depósitos

DOC / TED / PIX

Empréstimos

Capital de Giro
Crédito Consignado
Crédito Imobiliário (SFH e SFI)
Crédito Pessoal
Crédito Rotativo
Crédito Rural
Hot Money
Consignado INSS
Aquisição de imóveis BNDES
13º salário e Antecipação de IR
Fertilização humana
Financiamentos
Cursos e estudos - Educred
Equipamentos novos e usados
(profissionais, informática,
máquinas, móveis e energia
fotovoltaica)
Veículo novo e seminovo

Máquinas de cartão

Sipag
Sipaguinha
E-commerce e link de pagamentos

Seguros Gerais

Título de Capitalização





PRODUTOS PARA PRODUTOR RURAL

Linhas de Crédito Rural

Custeio Agrícola e Pecuário

Investimento

Consórcios

Maquinários

Bens duráveis e outros

Seguros Rurais

Aplicações



NOSSOS SERVIÇOS

Aplicativo Sicoob

Sicoob Empresarial

Coopcerto

Sicoobcard Mobile

Coopera

Suporte Sipag via Chat

Assessoria Financeira

Atendimento Personalizado

Auto Atendimento - Caixa eletrônico

Cofre Inteligente

Consultoria em Investimentos

Atendimento Digital - CredVirtua

Recebimento de contas

Ouvidoria Sicoob

FUNDOS DE SEGURANÇAS

FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

Criado em 2014 pelo Banco Central do Brasil para garantir os depósitos dos cooperados até o valor de R\$ 250.000,00 por CPF/CNPJ.

Despesa mensal da cooperativa com o Fundo: R\$ 47.193,40 (Data base: 12.2022)

FUNDO GARANTIDOR DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE

Criado pelo Bancoob/Sicoob em novembro/2018 para garantir e contribuir com a solidez e estabilidade das cooperativas do Sistema.

A Cooperativa fez um aporte de R\$ 295.534,92 (11.2018 à 12.2019)

NOSSAS PARCERIAS



FRANCA

Unimed Franca/SP - Hospital São Joaquim
Hospital Alan Kardec de Franca/SP
APM – Centro Médico de Franca/SP
APCD Franca - Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas de Franca/SP
Centro Universitário de Franca - UNIFACEF
SEBRAE
Sindicatos de Franca

BATATAIS

Unimed Batatais/SP
Santa Casa de Batatais/SP

BRODOWSKI

ACI Brodowski – Associação Comercial e Industrial de Brodowski/SP

RIBEIRÃO PRETO

Santa Casa de Ribeirão Preto/SP
APCD Ribeirão Preto - Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas de Ribeirão Preto/SP
Grupo Hospitalar São Lucas de Ribeirão Preto/SP
Associação dos Profissionais Protéticos Dentários de Ribeirão Preto/SP
AORP – Ribeirão Preto/SP

ORLÂNDIA

Associação de Engenheiros
SENAR - Sindicato Rural de Orlandia

JABOTICABAL

Santa Casa de Jaboticabal/SP
CDL Jaboticabal – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Jaboticabal/SP
Unimed Jaboticabal

JARDINÓPOLIS

ACI Jardinópolis - Associação Comercial e Industrial de Jardinópolis/SP

CAMPINAS

Hospital Vera Cruz
SEBRAE
AGCP - Associação Garantidora de Crédito Paulista
Sindicatos Facilities

25 EMPRESAS
PARCEIRAS

08 CIDADES DA
REGIÃO



RESPONSABILIDADE SOCIAL

GERAL

E-book Guia de Gestão Financeira para empreendedores
Árvore Solidária

FRANCA

Doação de sangue para o Hemocentros de Franca
Doação de Livros para INFACAP de Franca
Projeto “Empresa APAEXONADA”

BATATAIS

Árvore Solidária: arrecadação de fraldas geriátricas

BRODOWSKI

Doação de um produto para o leilão da APAE
Árvore Solidária: arrecadação de presentes

RIBEIRÃO PRETO

Doação de sangue para o Hemocentros de Ribeirão Preto
Árvore Solidária: Arrecadação de alimentos

ORLÂNDIA

Torneio de Beach Tennis

JABOTICABAL

Ação de Natal em parceria com o CDL Jaboticabal

CAMPINAS

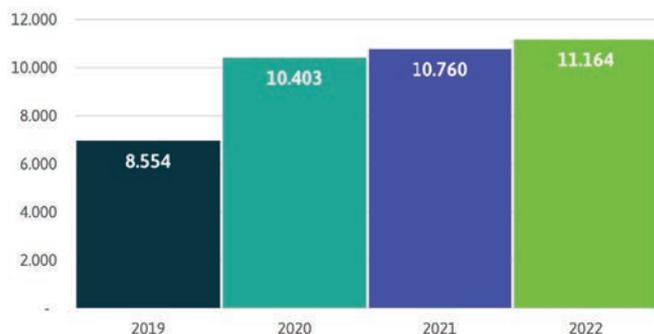
Educação Financeira | Live em parceria com o Sebrae

13 PROJETOS
APOIADOS

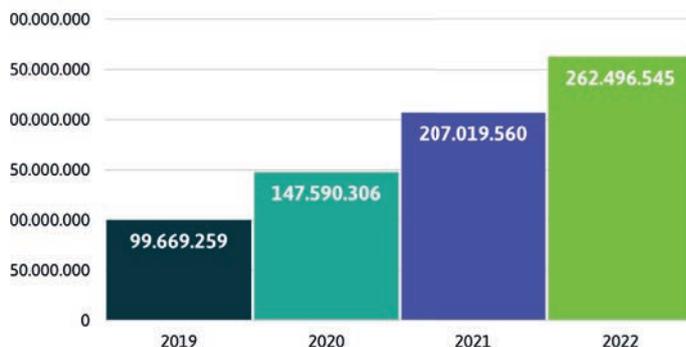
+300 PESSOAS
BENEFICIADAS

DADOS DO RELATÓRIO ANUAL

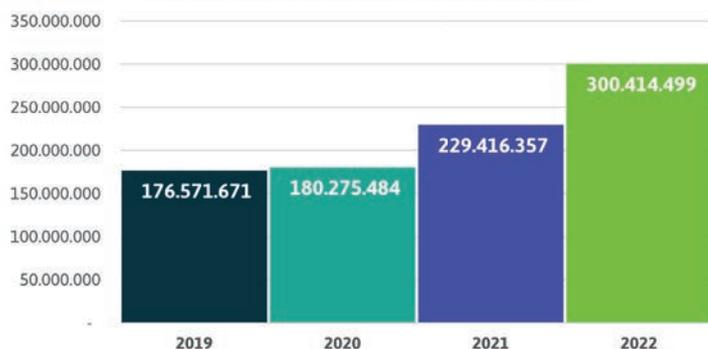
QUADRO SOCIETÁRIO / Evolução 3,75%



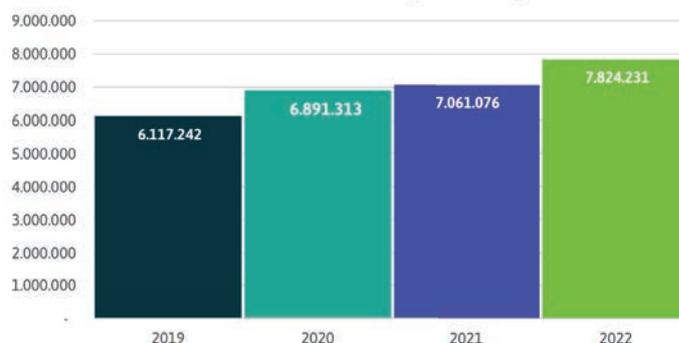
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / Evolução 26,80%



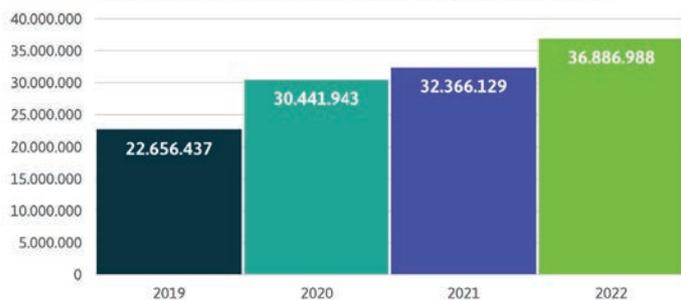
DEPÓSITOS A PRAZO / Evolução 30,95%



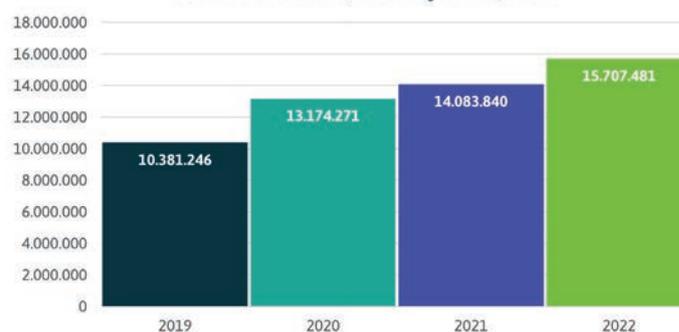
RECEITA PRODUTOS E SERVIÇOS / Evolução 10,81%



CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO / Evolução 13,97%

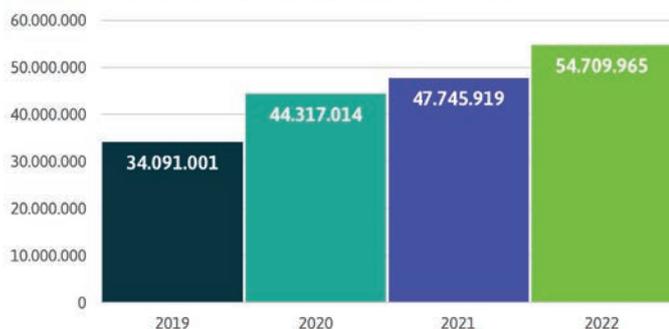


RESERVA LEGAL / Evolução 11,53%

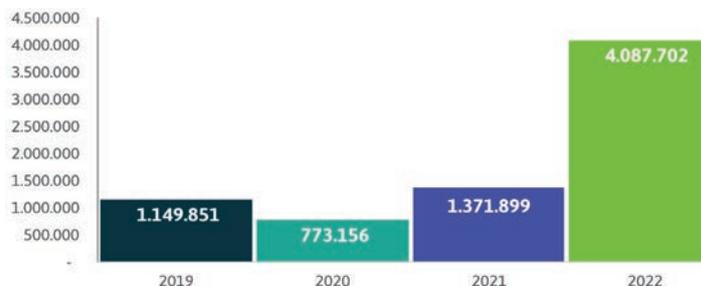


DADOS DO RELATÓRIO ANUAL

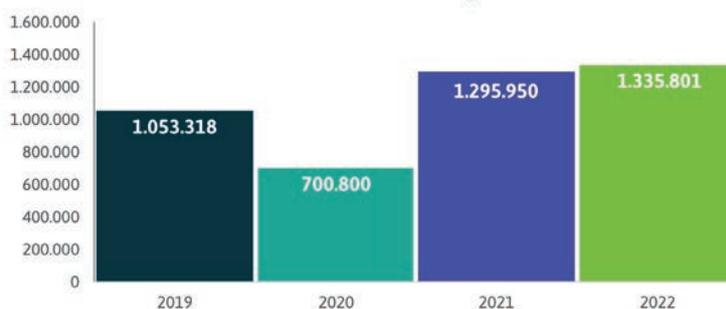
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / Evolução 14,59%



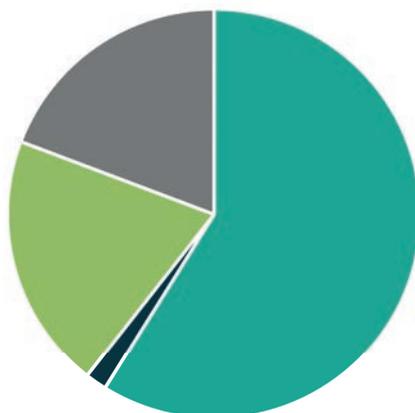
PAGAMENTO JUROS AO CAPITAL / Porcentagem Selic 100%



SOBRAS LIQUIDAS/ Evolução 3,08%



DETALHAMENTO - SOBRAS BRUTAS DO EXERCÍCIO R\$ 6.945.517



Resultado contábil	6.429.260
Reversão do Fundo BNDU	516.257
Sobras Brutas	6.945.517

■ Juros ao capital	(4.087.702)
■ FATES 5%	(117.078)
■ Reserva Legal 60%	(1.404.935)
■ Sobras Líquidas	1.335.801

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		438.902.325,49	363.985.327,31
DISPONIBILIDADES	4	2.212.935,56	3.084.576,50
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		440.927.184,80	364.955.980,45
Títulos e Valores Mobiliários	5	176.680.092,09	156.582.047,32
Relações Interfinanceiras	4	818.683,73	584.769,63
Centralização Financeira		818.683,73	584.769,63
Operações de Crédito	6	259.969.279,99	204.680.718,22
Outros Ativos Financeiros	7	3.459.128,99	3.108.445,28
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(14.329.611,97)	(14.529.899,02)
(-) Operações de Crédito	6	(13.636.027,97)	(14.028.784,15)
(-) Outras	7.1	(693.584,00)	(501.114,87)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	122.026,60	89.576,48
OUTROS ATIVOS	9	4.369.229,30	7.436.080,18
IMOBILIZADO DE USO	10	7.462.213,46	4.566.079,16
INTANGÍVEL	11	296.364,05	152.514,05
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(2.158.016,31)	(1.769.580,49)
TOTAL DO ATIVO		438.902.325,49	363.985.327,31
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		438.902.325,49	363.985.327,31
DEPÓSITOS	12	317.122.640,60	285.920.454,49
Depósitos à Vista		69.064.411,33	71.126.308,56
Depósitos Sob Aviso		1.523.785,59	1.402.374,68
Depósitos a Prazo		246.534.443,68	213.391.771,25
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		59.107.832,17	22.169.583,78
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	52.356.270,11	14.622.211,37
Outros Passivos Financeiros	14	6.751.562,06	7.547.372,41
PROVISÕES	15	542.792,40	516.235,48
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	16	830.370,94	545.046,55
OUTROS PASSIVOS	17	6.588.724,49	7.088.088,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	54.709.964,89	47.745.919,01
CAPITAL SOCIAL		36.886.988,24	32.366.128,94
RESERVAS DE SOBRAS		16.487.174,19	14.083.839,66
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.335.802,46	1.295.950,41
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		438.902.325,49	363.985.327,31

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais

	No- tas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		32.957.263,46	60.013.017,35	36.362.686,90
Operações de Crédito	19	22.442.970,64	41.768.588,34	29.162.645,97
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	10.514.292,82	18.244.429,01	7.200.040,93
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	(20.164.398,73)	(36.221.585,37)	(15.568.170,75)
Operações de Captação no Mercado		(18.146.508,95)	(30.511.626,51)	(8.722.026,33)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(0,01)	(0,01)	-
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.017.889,77)	(5.709.958,85)	(6.846.144,42)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		12.792.864,73	23.791.431,98	20.794.516,15
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(7.932.271,73)	(16.448.781,56)	(15.260.850,27)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	21	2.414.750,81	4.401.618,81	3.843.076,53
Rendas de Tarifas	22	918.874,00	1.262.257,26	844.614,92
Dispêndios e Despesas de Pessoal	23	(7.422.669,24)	(14.291.225,68)	(12.905.830,66)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	24	(5.259.148,95)	(10.080.144,15)	(9.245.810,45)
Dispêndios e Despesas Tributárias	25	(21.522,66)	(63.603,88)	(96.798,93)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	26	1.964.860,54	3.310.722,53	3.408.149,53
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	27	(527.416,23)	(988.406,45)	(1.108.251,21)
PROVISÕES		(16.228,93)	33.443,08	(180.241,58)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	28	(16.228,93)	33.443,08	(180.241,58)
RESULTADO OPERACIONAL		4.844.364,07	7.376.093,50	5.353.424,30
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	29	(92.612,24)	(196.615,83)	(2.002.160,67)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		4.751.751,83	7.179.477,67	3.351.263,63
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(35.854,35)	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		-	(20.158,97)	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		-	(15.695,38)	-
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(471.615,01)	(714.362,33)	(367.214,76)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		4.280.136,82	6.429.260,99	2.984.048,87
JUROS AO CAPITAL	18f	(4.087.702,46)	(4.087.702,46)	(1.371.899,47)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		192.434,36	2.341.558,53	1.612.149,40

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em Reais

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	4.280.136,82	6.429.260,99	2.984.048,87
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	4.280.136,82	6.429.260,99	2.984.048,87

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em reais

	Notas	CAPITAL-SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	RESERVAS PARA E PANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		31.212.659,86	(770.716,67)	13.133.490,75	-	40.780,29	700.799,92	44.317.014,15
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		-	-	-	700.799,92	-	(700.799,92)	-
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		3.440.423,82	(96.707,00)	-	-	-	-	3.343.716,82
Por Devolução (-)		(2.734.850,51)	-	-	-	-	-	(2.734.850,51)
Estorno de Capital		(4.977,00)	-	-	-	-	-	(4.977,00)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	(700.799,92)	(40.780,29)	741.580,21	-
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	-	2.984.048,87	2.984.048,87
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(1.371.899,47)	(1.371.899,47)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.320.296,44	-	-	-	-	-	1.320.296,44
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva	18e	-	-	950.348,91	-	-	(950.348,91)	-
FATES - Atos Cooperativos	18e	-	-	0,00	-	-	(79.195,74)	(79.195,74)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	0,00	-	-	(28.234,55)	(28.234,55)
Saldos em 31/12/2021		33.233.552,61	(867.423,67)	14.083.839,66	-	-	1.295.950,41	47.745.919,01

Continua...

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021		33.233.552,61	(867.423,67)	14.083.839,66	-	-	1.295.950,41	47.745.919,01
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		-	-	-	-	-	(1.295.950,41)	(1.295.950,41)
Outros Eventos/Reservas		-	-	218.705,98	-	-	-	218.705,98
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		3.156.792,78	(248.552,00)	-	-	-	-	2.908.240,78
Por Devolução (-)		(2.229.701,23)	-	-	-	-	-	(2.229.701,23)
Estorno de Capital		(5.009,41)	-	-	-	-	-	(5.009,41)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	(516.256,98)	-	516.256,98	-
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	-	6.429.260,99	6.429.260,99
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	18f	-	-	-	-	-	(4.087.702,46)	(4.087.702,46)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.847.329,16	-	-	-	-	-	3.847.329,16
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva	18e	-	-	1.404.935,12	-	-	(1.404.935,12)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	18d	-	-	-	1.295.950,41	-	-	1.295.950,41
FATES - Atos Cooperativos	18e	-	-	-	-	-	(117.077,93)	(117.077,93)
Saldos em 31/12/2022		38.002.963,91	(1.115.975,67)	15.707.480,76	779.693,43	-	1.335.802,46	54.709.964,89

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2022		34.088.382,53	(1.015.649,07)	14.083.839,66	1.295.950,41	-	2.149.124,17	50.601.647,70
Outros Eventos/Reservas		-	-	218.705,98	-	-	-	218.705,98
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		1.336.585,67	(100.326,60)	-	-	-	-	1.236.259,07
Por Devolução (-)		(1.268.171,45)	-	-	-	-	-	(1.268.171,45)
Estorno de Capital		(1.162,00)	-	-	-	-	-	(1.162,00)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	(516.256,98)	-	516.256,98	-
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	-	4.280.136,82	4.280.136,82
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	18f	-	-	-	-	-	(4.087.702,46)	(4.087.702,46)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.847.329,16	-	-	-	-	-	3.847.329,16
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva	18e	-	-	1.404.935,12	-	-	(1.404.935,12)	-
FATES - Atos Cooperativos	18e	-	-	-	-	-	(117.077,93)	(117.077,93)
Saldos em 31/12/2022		38.002.963,91	(1.115.975,67)	15.707.480,76	779.693,43	-	1.335.802,46	54.709.964,89

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		4.751.751,83	7.179.477,67	3.351.263,63
Distribuição de Sobras e Dividendos	26	-	(50.468,49)	-
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		2.017.889,77	5.709.958,85	6.846.144,42
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	28	16.228,93	(33.443,08)	180.241,58
Provisões/Reversões Não Operacionais	29	39.367,07	76.225,05	1.772.471,93
Atualização de Depósitos em Garantia	26	(446,95)	(540,62)	(1.425,36)
Depreciações e Amortizações	24	278.446,35	497.600,93	429.505,84
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		7.103.237,00	13.378.810,31	12.578.202,04
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		(15.440.268,27)	(20.047.576,28)	5.150.533,50
Operações de Crédito		(41.878.655,14)	(60.693.479,54)	(59.632.537,20)
Outros Ativos Financeiros		(782.635,13)	(855.471,22)	(1.864.560,95)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(16.003,37)	(32.450,12)	(25.092,55)
Outros Ativos		2.246.228,36	2.990.625,83	2.336.802,40
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		(2.052.954,84)	(2.061.897,23)	(12.321.863,19)
Depósitos sob Aviso		46.354,31	121.410,91	(59.476,65)
Depósitos a Prazo		28.685.151,75	33.142.672,43	37.410.789,63
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		18.888.091,31	37.734.058,74	11.789.559,95
Outros Passivos Financeiros		6.342.548,77	(795.810,35)	5.584.291,41
Provisões		60.000,00	60.000,00	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		256.257,87	285.324,39	33.666,40
Outros Passivos		(4.666.599,69)	(5.301.428,30)	(1.606.478,39)
FATES - Atos Cooperativos		(117.077,93)	(117.077,93)	(79.195,74)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	(28.234,55)
Imposto de Renda Pago		-	(20.158,97)	-
Contribuição Social Pago		-	(15.695,38)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(1.326.325,00)	(2.228.142,71)	(733.593,89)
Atividades de Investimentos				
Aquisição de Intangível		(143.850,00)	(143.850,00)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.215.995,71)	(3.005.299,41)	(1.063.377,96)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(2.359.845,71)	(3.149.149,41)	(1.063.377,96)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.236.259,07	2.908.240,78	3.343.716,82
Devolução de Capital à Cooperados		(1.268.171,45)	(2.229.701,23)	(2.734.850,51)
Estorno de Capital		(1.162,00)	(5.009,41)	(4.977,00)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.847.329,16	3.847.329,16	1.320.296,44
Outros Eventos/Reservas		218.705,98	218.705,98	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		4.032.960,76	4.739.565,28	1.924.185,75
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		346.790,05	(637.726,84)	127.213,90
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		2.684.829,24	3.669.346,13	3.542.132,23
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		3.031.619,29	3.031.619,29	3.669.346,13
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		346.790,05	(637.726,84)	127.213,90

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana, no cumprimento de suas atribuições legais, em pleno acordo com a legislação estatutária vigente, declara ter examinado as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro do ano de 2022.

Este Conselho Fiscal, de acordo com as boas práticas de governança corporativa, informa a seus cooperados que avaliou semanalmente os contratos de créditos, examinou mensalmente os gastos e despesas administrativas da cooperativa.

Foram convidados, periodicamente para esclarecimentos, os departamentos de crédito, contábil, jurídico, gestão de pessoas e comercial, bem como reuniões com os profissionais do Controle Interno e Diretoria Executiva e o Presidente do Conselho de Administração.

Por meio de convite, participamos de algumas reuniões do Conselho de Administração.

Dado o exposto, e em conformidade ao relatório da Moore Prisma Auditores e Consultores Independentes, avaliamos que os demonstrativos refletem corretamente a posição patrimonial e financeira da cooperativa.

Assim sendo, concluímos que o balanço e a demonstrações de sobras referente ao exercício supracitado se encontram em condições de serem aprovados por esta Assembleia.

Franca/SP, 17 de março de 2023.

Danilo Caires Ribeiro

Fabien Fernando Felício

André Luis de Paula Tasso

José Antônio S. Melani

Lino Blanco Aguayo

Wilian Amin Dib

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Região da Alta Mogiana - Sicoob Credimogiana em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade

de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 27 de Janeiro de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

André Zerbetto Chinarello
Contador - CRC 1SP189107/O-3 S

NOTAS EXPLICATIVAS

ÍNDICE

Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	36
1 Contexto Operacional.....	36
2 Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	36
3 Resumo das Principais Práticas Contábeis.....	39
4 Caixa e Equivalente de Caixa.....	42
5 Títulos e Valores Mobiliários.....	43
6 Operações de Crédito.....	43
7 Outros Ativos Financeiros.....	45
8 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos.....	46
9 Outros Ativos.....	46
10 Imobilizado de Uso.....	47
11 Intangível.....	47
12 Depósitos.....	48
13 Recursos de Aceite e Emissão de Títulos.....	49
14 Outros Passivos Financeiros.....	49
15 Provisões.....	49
16 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas.....	50
17 Outros Passivos.....	50
18 Patrimônio Líquido.....	51
19 Receitas de Operações de Crédito.....	52
20 Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira.....	53
21 Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços.....	53
22 Rendas de Tarifas.....	53
23 Dispêndios e Despesas de Pessoal.....	53
24 Outros Dispêndios e Despesas Administrativas.....	54
25 Dispêndios e Despesas Tributárias.....	54
26 Outros Ingressos e Receitas Operacionais.....	54
27 Outros Dispêndios e Despesas Operacionais.....	55
28 Despesas com Provisões.....	55
29 Outras Receitas e Despesas.....	55
30 Resultado Não Recorrente.....	55
31 Partes Relacionadas.....	55
32 Índice de Basileia.....	58
33 Gerenciamento de Risco.....	58
34 Seguros Contratados – Não Auditado.....	63
35 Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.....	63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1 - Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA REGIÃO DA ALTA MOGIANA - SICOOB CREDIMOGIANA**, doravante denominado **SICOOB CREDIMOGIANA**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **26/10/1992**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIMOGIANA, sediado à **RUA BATISTA DONZELI, 2049 - VILA MARTA, FRANCA - SP**, possui 8 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: FRANCA – SP, BATATAIS - SP, RIBEIRÃO PRETO - SP, BRODOWSKI - SP, ORLÂNDIA - SP, JABOTICABAL - SP, CAMPINAS - SP, JARDINÓPOLIS - SP.

O SICOOB CREDIMOGIANA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional – CMN*, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC*, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 27/01/2023, na reunião do conselho de administração.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 35.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA REGIÃO DA ALTA MOGIANA - SICOOB CREDIMOGIANA contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A Sicoob Credimogiana tomou providências relacionadas às formas de trabalho e vem tratando o assunto, coordenando as ações e promovendo orientações e posicionamentos para todos os colaboradores. Considerando as informações e os dados até o momento, não há a visibilidade de impacto nas demonstrações financeiras ou alterações nas estimativas contábeis durante o exercício de 2022.

3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério *pro rata temporis*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

j) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

k) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”.

l) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

m) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

n) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

q) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

r) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

t) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

u) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

v) Instrumentos Financeiros

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

w) Eventos Subsequentes

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4 - Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	2.212.935,56	2.874.812,50
Relações interfinanceiras - centralização financeira	818.683,73	584.769,63
Numerários em trânsito	-	209.764,00
TOTAL	3.031.619,29	3.669.346,13

No que diz respeito ao caixa e depósitos bancários, este está composto, por caixa no valor R\$ 1.225.732,09, depósitos bancários R\$ 11.560,32 e tesouraria externa na empresa Protege S.A – Proteção e Transporte de Valores no valor de R\$ 975.643,15.

5 - Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	-	6.921.812,28	-	5.515.166,69
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	-	121.545,21	-	87.689,23
Participação Em Cooperativa, Exceto Cooperativa. Central De Crédito	-	1.251,00	-	896,00
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	-	7.044.608,49	-	5.603.751,92
TOTAL	-	7.044.608,49	-	5.603.751,92

A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	133.930.395,48	-	119.505.720,89	-
Cotas de Fundos de Investimento	35.705.088,12	-	31.472.574,51	-
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	169.635.483,60	-	150.978.295,40	-
TOTAL	169.635.483,60	-	150.978.295,40	-

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa	8.154.120,96	14.011.915,40	5.384.360,27
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	2.360.171,86	4.232.513,61	1.815.680,66
TOTAL	10.514.292,82	18.244.429,01	7.200.040,93

6 - Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	93.855.063,76	96.898.536,45	190.753.600,21	66.099.684,05	93.902.335,55	160.002.019,60
Financiamentos	20.447.081,52	34.597.927,93	55.045.009,45	15.060.182,51	27.570.852,65	42.631.035,16
Financiamentos Rurais	5.941.969,38	8.228.700,95	14.170.670,33	255.747,06	1.791.916,40	2.047.663,46
Total de Operações de Crédito	120.244.114,66	139.725.165,33	259.969.279,99	81.415.613,62	123.265.104,60	204.680.718,22
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.993.514,70)	(7.642.513,27)	(13.636.027,97)	(5.084.679,26)	(8.944.104,89)	(14.028.784,15)
TOTAL	114.250.599,96	132.082.652,06	246.333.252,02	76.330.934,36	114.320.999,71	190.651.934,07

b) **Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:**

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
A	0,5%	Normal	66.740.025,44	15.202.830,35	12.073.797,48	94.016.653,27	(470.083,27)	69.046.820,98	(345.234,10)
B	1%	Normal	50.442.319,52	25.181.446,39	1.913.091,53	77.536.857,44	(775.368,57)	73.776.887,26	(737.768,87)
B	1%	Vencidas	563.773,50	6.874,55	-	570.648,05	(5.706,48)	161.645,18	(1.616,45)
C	3%	Normal	42.364.601,62	12.655.348,06	183.781,32	55.203.731,00	(1.656.111,93)	28.804.501,11	(864.135,03)
C	3%	Vencidas	716.399,81	109.183,02	-	825.582,83	(24.767,48)	1.683.470,55	(50.504,12)
D	10%	Normal	15.437.145,01	1.131.223,52	-	16.568.368,53	(1.656.836,85)	15.295.980,65	(1.529.598,07)
D	10%	Vencidas	1.892.697,69	215.574,19	-	2.108.271,88	(210.827,19)	1.284.135,97	(128.413,60)
E	30%	Normal	1.408.508,04	44.995,43	-	1.453.503,47	(436.051,04)	1.476.516,76	(442.955,03)
E	30%	Vencidas	1.229.653,56	75.413,00	-	1.305.066,56	(391.519,97)	2.590.133,52	(777.040,06)
F	50%	Normal	2.670.655,69	54.450,89	-	2.725.106,58	(1.362.553,29)	948.905,10	(474.452,55)
F	50%	Vencidas	1.380.911,13	-	-	1.380.911,13	(690.455,57)	1.345.154,30	(672.577,15)
G	70%	Normal	441.396,12	-	-	441.396,12	(308.977,28)	224.588,84	(157.212,19)
G	70%	Vencidas	597.853,51	23.528,45	-	621.381,96	(434.967,37)	649.007,61	(454.305,33)
H	100%	Normal	2.044.046,97	191.659,88	-	2.235.706,85	(2.235.706,85)	3.778.147,80	(3.778.147,80)
H	100%	Vencidas	2.823.612,60	152.481,72	-	2.976.094,32	(2.976.094,32)	3.614.822,59	(3.614.822,59)
Total Normal			181.548.698,41	54.461.954,52	14.170.670,33	250.181.323,26	(8.901.689,08)	193.352.348,50	(8.329.503,64)
Total Vencidos			9.204.901,80	583.054,93	-	9.787.956,73	(4.734.338,38)	11.328.369,72	(5.699.279,30)
Total Geral			190.753.600,21	55.045.009,45	14.170.670,33	259.969.279,99	(13.636.027,46)	204.680.718,22	(14.028.782,94)
Provisões			(12.281.542,00)	(1.269.472,61)	(85.013,36)	(13.636.027,97)		(14.028.784,15)	
Total Líquido			178.472.058,21	53.775.536,84	14.085.656,97	246.333.252,02		190.651.934,07	

c) **Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):**

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	35.520.635,83	58.334.427,93	96.898.536,45	190.753.600,21
Financiamentos	5.337.084,83	15.109.996,69	34.597.927,93	55.045.009,45
Financiamentos Rurais	-	5.941.969,38	8.228.700,95	14.170.670,33
TOTAL	40.857.720,66	79.386.394,00	139.725.165,33	259.969.279,99

d) **Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:**

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	10.516.399,37	3.290.151,55	-	13.806.550,92	5,31%
Setor Privado - Indústria	3.457.471,95	884.338,42	-	4.341.810,37	1,67%
Setor Privado - Serviços	95.856.552,72	38.694.285,12	-	134.550.837,84	51,76%
Pessoa Física	65.335.300,11	11.852.992,48	14.170.670,33	91.358.962,92	35,14%
Outros	15.587.876,06	323.241,88	-	15.911.117,94	6,12%
TOTAL	190.753.600,21	55.045.009,45	14.170.670,33	259.969.279,99	100,00%

e) **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(14.028.784,15)	(9.384.381,32)
Constituições/ Reversões no período	(5.012.205,15)	(6.452.518,01)
Transferência para prejuízo no período	5.404.961,33	1.808.115,18
Saldo Final	(13.636.027,97)	(14.028.784,15)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	11.617.968,93	4,43%	10.376.722,69	5,01%
10 Maiores Devedores	66.743.950,85	25,42%	59.212.305,20	28,59%
50 Maiores Devedores	128.477.558,21	48,94%	114.967.517,05	55,52%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	15.206.685,25	16.209.515,98
Valor das operações recuperadas no período	(995.043,52)	(1.661.655,06)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(464.199,15)	(1.347.260,51)
Valor das operações renegociadas no período	(1.437.098,59)	(842.401,93)
Valor das operações transferidas no período	5.472.695,82	2.848.486,77
Saldo Final	17.783.039,81	15.206.685,25

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7 - Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados	604.237,70	-	387.809,61	-
Rendas a Receber	753.498,25	-	753.675,49	-
Devedores por Compra de Valores e Bens	232.424,71	1.690.602,38	203.632,93	1.747.399,36
Títulos e Créditos a Receber	178.365,95	-	15.927,89	-
TOTAL	1.768.526,61	1.690.602,38	1.361.045,92	1.747.399,36

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 47.983,54); Rendas de Cartões (R\$ 265.110,26); e outros (R\$ 440.404,45);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 128.365,95); e outros (R\$ 50.000,00);

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) **Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:**

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honradas	(519.678,13)	-	(305.394,00)	-
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(25.835,80)	(148.070,07)	(24.137,66)	(171.583,21)
TOTAL	(545.513,93)	(148.070,07)	(329.531,66)	(171.583,21)

b) **Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:**

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	Avais e Fianças Honradas	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
B	1%	Normal	-	-	1.350.099,53	1.350.099,53	(13.501,00)	1.312.469,31	(13.124,69)
C	3%	Vencidas	-	-	425.281,11	425.281,11	(12.758,43)	470.091,55	(14.102,75)
E	30%	Vencidas	-	38.831,25	-	38.831,25	(11.649,38)	58.543,02	(17.562,91)
F	50%	Vencidas	-	87.907,50	-	87.907,50	(43.953,75)	46.423,34	(23.211,67)
G	70%	Vencidas	-	44.746,65	-	44.746,65	(31.322,66)	60.673,05	(42.471,14)
H	100%	Normal	-	-	147.646,45	147.646,45	(147.646,45)	168.471,43	(168.471,43)
H	100%	Vencidas	-	432.752,30	-	432.752,30	(432.752,30)	222.170,20	(222.170,20)
Total Normal			-	-	1.497.745,98	1.497.745,98	(161.147,45)	1.480.940,74	(181.596,12)
Total Vencidos			-	604.237,70	425.281,11	1.029.518,81	(532.436,52)	857.901,16	(319.518,67)
Total Geral			-	604.237,70	1.923.027,09	2.527.264,79	(693.583,97)	2.338.841,90	(501.114,79)
Provisões			-	(519.678,08)	(173.905,88)	(693.583,96)		(501.114,78)	
Total Líquido			-	84.559,62	1.749.121,21	1.833.680,83		1.837.727,12	

8 - Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	121.825,25	-	89.375,13	-
Imposto de Renda a Recuperar	201,35	-	201,35	-
TOTAL	122.026,60	-	89.576,48	-

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: R\$ 60.974,01 se refere a Imposto de renda retido na fonte sobre intermediação financeira. Retidos na fonte pelo Bancoob e ou Ponta Administradora de Consórcios, onde já solicitamos ressarcimento dos valores anteriores à 31/12/2020 à Receita Federal do Brasil e os demais valores iremos enviar o processo no ano de 2023.

9 - Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	27.518,54	-	14.173,31	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	77.632,58	-	78.246,20	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	477.301,82	-	775.749,41	-
Devedores Diversos - País	158.657,65	144.500,00	363.602,66	267.000,00
Material em Estoque	10.757,50	-	10.193,00	-
Ativos não Financ. Mantidos para Venda - Recebidos	5.329.943,85	-	7.760.604,15	-
(-) Prov. Devs. Ativos não Finc. Mantidos para Venda - Rec.	(2.073.543,42)	-	(2.261.543,42)	-
Despesas Antecipadas	201.558,49	411.625,31	268.106,70	556.671,19
Sem Característica de Concessão de Crédito	(396.723,02)	-	(396.723,02)	-
TOTAL	3.813.103,99	556.125,31	6.612.408,99	823.671,19

- (a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 37.158,22); e outros (R\$ 265.999,43);
- (b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".
- (d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 41.412,94), aluguéis (R\$ 424.504,53) e outros - parceria de negócios R\$ 147.266,33).

10 - Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Edificações	4%	3.386.765,09	1.635.037,37
Instalações	10%	815.065,88	492.810,18
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.646.498,45	1.043.324,59
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.293.287,96	1.154.808,58
Sistema de Segurança	10%	320.596,08	240.098,44
Total de Imobilizado de Uso		7.462.213,46	4.566.079,16
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(362.346,41)	(274.981,45)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(161.014,41)	(92.732,83)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.513.806,81)	(1.313.938,98)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(2.037.167,63)	(1.681.653,26)
TOTAL		5.425.045,83	2.884.425,90

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarem a ser depreciadas.

11 - Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados		296.364,05	152.514,05
Intangível		296.364,05	152.514,05
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(120.848,68)	(87.927,23)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(120.848,68)	(87.927,23)
TOTAL		175.515,37	64.586,82

12 - Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	69.064.411,33	-	71.126.308,56	-
Depósito Sob Aviso	1.523.785,59	-	1.402.374,68	-
Depósito a Prazo	240.433.993,92	6.100.449,76	211.363.078,66	2.028.692,59
TOTAL	311.022.190,84	6.100.449,76	283.891.761,90	2.028.692,59

- (a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.
- (b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	15.710.441,29	4,24%	10.835.321,46	3,55%
10 Maiores Depositantes	69.200.936,60	18,68%	52.587.793,91	17,22%
50 Maiores Depositantes	140.833.019,65	38,03%	111.316.817,16	36,51%
TOTAL	370.280.727,13	100%	304.878.752,79	100%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(97.238,34)	(172.771,76)	(59.986,57)
Despesas de Depósitos a Prazo	(15.210.479,73)	(26.270.599,50)	(8.333.815,36)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(688.896,48)	(805.102,71)	(11.817,24)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(2.102.701,00)	(3.215.959,14)	(316.407,16)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(47.193,40)	(47.193,40)	-
TOTAL	(18.146.508,95)	(30.511.626,51)	(8.722.026,33)

13 - Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	36.411.360,71	-	13.395.394,13	-
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	190.504,83	15.754.404,57	-	1.226.817,24
TOTAL	36.601.865,54	15.754.404,57	13.395.394,13	1.226.817,24

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 12.d) - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

14 - Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	6.623.400,23	-	7.451.000,00	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	40.313,33	-	15.073,72	-
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	87.848,50	-	81.298,69	-
TOTAL	6.751.562,06	-	7.547.372,41	-

- (a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Cobrança de terceiro em trânsito (R\$ 71,38), Ordens de Pagamento - cheques administrativos solicitados por cooperados (R\$ 6.623.308,85) e recebimento em trânsito de terceiros (R\$ 20,00).
- (b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 85.977,22); outros (R\$ 1.871,28).

15 - Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	467.714,74	15.077,66	481.313,02	34.922,46
Provisão Para Contingências (b)	60.000,00	-	-	-
TOTAL	527.714,74	15.077,66	481.313,02	34.922,46

- (a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	24.010.883,39	21.919.509,33
TOTAL	24.010.883,39	21.919.509,33

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	60.000,00	-	-	-
TOTAL	60.000,00	-	-	-

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIMOGIANA, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 2.401.723,02. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas e cíveis.

Do total mencionado como perda possível a cooperativa possui provisionado em 31.12.2022 o valor de R\$ 2.073.543,42 (nota 9) e ação civil de Bens não de uso próprio no valor de R\$ 396.723,02 (nota 9) e ação civil de Recuperação Judicial e está provisionado parcelado uma ação trabalhista (nota 15.b).

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

16 - Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	-	-	77,74	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	29.749,84	-	47.517,54	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	511.790,63	-	426.193,77	-
Outros	288.830,47	-	71.335,24	-
TOTAL	830.370,94	-	545.124,29	-

17 - Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	3.205.632,72	-	3.031.311,66	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	972.993,31	-	991.666,26	-
Provisão Para Pagamentos a Efetuar	1.761.031,61	-	1.819.783,54	-
Credores Diversos - País	649.066,85	-	1.245.326,54	-
TOTAL	6.588.724,49	-	7.088.088,00	-

(a) **A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:**

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Juros ao Capital Próprio	-	-	9.936,57	-
Provisão para Participações nas Sobras	717.142,54	-	369.994,90	-
Cotas de Capital a Pagar	2.371.412,25	-	2.505.881,37	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	117.077,93	-	145.498,82	-
TOTAL	3.205.632,72	-	3.031.311,66	-

- (a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;
- (a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;
- (a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
- (b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.
- (c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 1.265.597,40); outras despesas administrativas (R\$ 491.635,65) e ordem pagamento – encerramento conta salário (R\$ 3.798,56);
- (d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a cheques descontados a compensar (R\$ 77.480,64); Pendências a Reg (R\$ 35.525,09); Seguros de terceiro, planos de saúde, taxas de gravame a pagar (R\$ 48.123,32); e outros – honorários sucubenciais a repassar (R\$ 487.937,80).

18 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	36.886.988,24	32.366.128,94
Associados	11.164	10.760

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. No valor de **R\$ 15.707.480,76**

c) Reserva para contingência - R\$ 779.693,43.**d) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2022** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:

100% para Fundo para possíveis desvalorizações de Bens não de uso próprio - BNDU, no valor, no valor de **R\$ 1.295.950,41**.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	2.341.558,53	1.612.149,40
Fundo de assistência técnica, educacional e social – destinação ref. Cotas Capitais	-	(28.234,55)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.341.558,53	1.583.914,85
Destinação para o Fundo de Reserva – 60%	(1.404.935,12)	(950.348,91)
Destinação para o FATES - atos cooperativos – 5%	(117.077,93)	(79.195,74)
Reversões/Realização de Fundos	516.256,98	741.580,21
Reversões de Fundo de Expansão	-	40.780,29
Reversões de Fundo de Contingência	516.256,98	700.799,92
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.335.802,46	1.295.950,41

f) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de **2022**, no montante de **R\$ 4.087.702,46**. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

19 - Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	136.736,31	270.940,08	303.510,14
Rendas de Empréstimos	16.281.234,84	29.795.012,68	20.074.573,13
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.417.388,16	2.464.192,29	1.800.088,86
Rendas de Financiamentos	3.557.622,41	6.146.549,48	4.231.250,34
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	540.691,44	667.690,64	58.396,66
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	509.297,48	2.424.203,17	2.694.826,84
TOTAL	22.442.970,64	41.768.588,34	29.162.645,97

20 - Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(18.146.508,95)	(30.511.626,51)	(8.722.026,33)
Despesas De Obrigações Por Operações Vinculadas a Cessão	(0,01)	(0,01)	-
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.829.027,37	7.064.428,12	6.789.526,08
Reversões de Provisões para Outros Créditos	68.479,86	120.386,37	112.212,53
Provisões para Operações de Crédito	(5.486.118,97)	(12.076.589,71)	(13.242.044,09)
Provisões para Outros Créditos	(429.278,03)	(818.183,63)	(505.838,94)
TOTAL	(20.164.398,73)	(36.221.585,37)	(15.568.170,75)

21 - Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	627.988,05	1.208.698,11	1.156.276,09
Rendas de Serviços de Custódia	-	1.525,03	931,96
Rendas de Convênios	65.193,70	134.013,08	141.448,71
Rendas de Comissão	1.276.427,71	1.962.384,30	1.494.571,50
Rendas de Cartões	578.368,22	1.118.105,28	1.130.761,83
Rendas de Outros Serviços	(133.226,87)	(23.106,99)	(80.913,56)
TOTAL	2.414.750,81	4.401.618,81	3.843.076,53

22 - Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Serviços Prioritários - PF	98.439,39	175.742,69	199.013,96
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.251,20	1.720,40	4.790,40
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	819.183,41	1.084.794,17	640.810,56
TOTAL	918.874,00	1.262.257,26	844.614,92

23 - Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(793.555,86)	(1.595.091,98)	(1.543.194,52)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.285.355,87)	(2.448.011,07)	(2.099.801,21)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.579.658,59)	(2.972.776,99)	(2.715.112,45)
Despesas de Pessoal - Proventos	(3.741.304,10)	(7.230.343,58)	(6.492.432,24)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(20.791,89)	(33.637,79)	(17.107,95)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(2.002,93)	(11.364,27)	(38.182,29)
TOTAL	(7.422.669,24)	(14.291.225,68)	(12.905.830,66)

24 - Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(82.124,16)	(158.460,27)	(139.633,33)
Despesas de Aluguéis	(598.147,91)	(1.097.046,20)	(900.230,33)
Despesas de Comunicações	(425.673,85)	(781.153,00)	(491.345,70)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(50.835,14)	(146.911,08)	(140.709,69)
Despesas de Material	(57.257,19)	(98.947,29)	(115.629,78)
Despesas de Processamento de Dados	(620.511,49)	(1.181.052,11)	(1.067.136,96)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(201.073,49)	(263.008,42)	(134.902,89)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(187.829,11)	(349.013,70)	(278.392,07)
Despesas de Publicações	(840,00)	(3.418,00)	(4.380,00)
Despesas de Seguros	(42.957,73)	(74.895,09)	(90.125,61)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(931.733,06)	(1.849.341,64)	(1.755.786,53)
Despesas de Serviços de Terceiros	(307.467,07)	(592.731,18)	(480.554,46)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(467.627,32)	(997.199,44)	(905.550,29)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(154.767,76)	(297.539,33)	(407.349,98)
Despesas de Transporte	(173.412,36)	(371.660,91)	(432.673,06)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(129,00)
Despesas de Viagem no País	(4.566,90)	(8.239,54)	(14.590,81)
Despesas de Amortização	(19.936,49)	(32.921,45)	(26.105,78)
Despesas de Depreciação	(258.509,86)	(464.679,48)	(403.400,06)
Outras Despesas Administrativas	(673.878,06)	(1.311.926,02)	(1.457.184,12)
TOTAL	(5.259.148,95)	(10.080.144,15)	(9.245.810,45)

25 - Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(21.522,66)	(63.603,88)	(96.798,93)
TOTAL	(21.522,66)	(63.603,88)	(96.798,93)

26 - Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	46.506,42	129.573,22	77.168,88
Distribuição de sobras da central	-	50.468,49	-
Atualização depósitos judiciais	446,95	540,62	1.425,36
Rendas de Repasses Interfinanceiros	-	-	242,51
Outras rendas operacionais	853.380,23	938.695,93	928.179,28
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.064.526,94	2.191.444,27	2.401.133,50
TOTAL	1.964.860,54	3.310.722,53	3.408.149,53

27 - Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(82.596,89)	(132.553,05)	(423.519,67)
Outras Despesas Operacionais	(343.450,48)	(622.189,38)	(574.010,53)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(18.886,17)	(31.088,01)	(27.749,44)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(27.447,74)	(112.772,28)	(76.106,57)
Perdas - Fraudes Externas	(45.370,00)	(45.370,00)	(50,00)
Perdas - Demandas Trabalhistas	-	(32.994,61)	-
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(9.664,95)	(11.439,12)	(6.815,00)
TOTAL	(527.416,23)	(988.406,45)	(1.108.251,21)

28 Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para Garantias Prestadas	(449.878,40)	(737.301,59)	(591.936,57)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	433.649,47	770.744,67	411.694,99
TOTAL	(16.228,93)	33.443,08	(180.241,58)

29 - Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	19.262,16	104.262,16	265.119,55
Ganhos de Capital	91.271,74	108.142,39	50.340,38
Rendas de Aluguéis	-	-	154.755,37
Outras Rendas Não Operacionais	70.872,85	145.253,62	72.209,67
(-) Prejuizos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(234.141,88)	(476.895,06)	(760.996,39)
(-) Perdas de Capital	(510,04)	(1.153,89)	(11.117,32)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(39.361,92)	(39.361,92)	(1.715.221,27)
(-) Despesas de Outras Provisões Não Operacionais	(5,15)	(36.863,13)	(57.250,66)
TOTAL	(92.612,24)	(196.615,83)	(2.002.160,67)

30 - Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

31 - Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

31.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) **Montante das operações ativas e passivas:**

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas		Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico		335.630,22	0,0815%	1.581,83
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico		293.172,50	0,0712%	535,75
TOTAL		628.802,72	0,1527%	2.117,58
Montante das Operações Passivas		2.048.507,00	0,7563%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	0,1510%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0012%
Aplicações Financeiras	0,7563%

b) **Operações ativas e passivas:**

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13.026,95	1.140,87	0,7078%
Empréstimos	184.582,12	993,06	0,1056%
Financiamentos	264.826,16	1.324,13	0,4811%
Direitos Creditórios Descontados	632,18	3,16	0,0058%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	281.489,63	0,4090%	0%
Depósitos a Prazo	9.282.337,88	3,7420%	1,1487%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	149.796,56	0,9395%	1,1061%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1.503.683,20	4,1297%	1,0673%

c) **Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:**

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,8000%	2,33
Empréstimos	2,2188%	28,60
Financiamentos	1,0200%	38,73
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,7304%	24,03
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	101,3678%	146,40
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,1065%	37,95
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1,0522%	24,37

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

- d) **As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.**

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	11.199,07
Financiamentos	496.268,54

- e) **As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:**

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	438.716,67	333.531,81

- f) **Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:**

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(793.555,86)	(1.595.091,98)	(1.543.194,52)

- g) **O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:**

31/12/2022	31/12/2021
903.152,61	806.744,76

31.2 Cooperativa Central

A SICOOB CREDIMOGIANA, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIMOGIANA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

- a) **Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	818.683,73	584.769,63
Ativo – Títulos e Valores Mobiliários - Participações em Coop Central de Crédito	6.921.812,28	5.515.166,69
Total das Operações Ativas	7.044.608,49	6.099.936,32

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rateio de Despesas da Central	(179.146,50)	(359.743,46)	(483.000,11)
Total das Despesas	(179.146,50)	(359.743,46)	(483.000,11)

32 - Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	47.630.928,87	41.633.110,45
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	357.277.573,53	294.934.610,70
Índice de Basileia (mínimo 12%)	13,33	14,12
Imobilizado para cálculo do limite	5.425.045,83	2.885.321,90
Índice de imobilização (limite 50%)	11,38	6,94

33 - Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

33.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação,

avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

33.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

33.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

33.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as

decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

33.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

33.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

33.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

34 - Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

35 - Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) **Resumo do Plano de Implementação**

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

Franca/SP, 27 de janeiro de 2023.

Mauricio Chaves Bartocci
Diretor Presidente

Sergio Ricardo Cecilio Hallak
Diretor Financeiro e Diretor Responsável pela Contabilidade

Geraldo Marques De Sousa
Diretor Administrativo

Silvana Aparecida Mezdri
Contadora CRC: 1sp224081/0-3



EDITORIAL

EDITORIAL E PRODUÇÃO

Matheus Cunha Diverno
Paulo Vitor Cardoso Toledo

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Matheus Cunha Diverno
Paulo Vitor Cardoso Toledo

REVISÃO

Silvana Ap. Mezdari
Paulo Vitor Cardoso Toledo

**EDIÇÃO 100% DIGITAL REALIZADO PELO
DEPARTAMENTO DE MARKETING DA
CREDIMOGIANA.**

 credimogiana.com.br
 [@sicoobcredimogiana](https://www.instagram.com/sicoobcredimogiana)
 [Sicoob Credimogiana](https://www.facebook.com/SicoobCredimogiana)
 [Sicoob Credimogiana](https://www.linkedin.com/company/SicoobCredimogiana)
 (16) 4000.1630

 **SICOOB CREDIMOGIANA**
Cooperativa de Crédito